IX SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA
XXVII Semana de Iniciação Científica da URCA

04 a 08 de NOVEMBRO de 2024

Tema: "CIÊNCIA, TECNOLOGIA E AMBIENTE: MÚLTIPLOS SABERES E FAZERES"

ISSN 1983-8174

A INCLUSÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO ENSINO SUPERIOR

Eylla Maria Jales Leandro[1], Eliaquim Bezerra de Sousa[2], Edilberto da Silva Barbosa Júnior[3], Fernando Menezes Lima[4]

Resumo: O objetivo desse estudo consiste em analisar as dificuldades da efetivação da inclusão de deficientes auditivos no ensino superior, assim como examinar as políticas públicas já existentes nessa área. Esse trabalho é caracterizado como uma pesquisa descritiva, documental e bibliográfica, elaborado a partir do método hipotético-dedutivo. Os resultados dessa pesquisa buscam ressaltar a relevância do estudo da inclusão e da acessibilidade de deficientes auditivos no ensino superior. Essa análise contribui para o asseguramento do acesso à educação de qualidade de forma justa e igualitária na sociedade brasileira para as pessoas com deficiência auditiva. Espera-se, com isso, aprimorar as políticas públicas existentes e formular novas estratégias que promovam um ambiente acadêmico mais inclusivo e acessível.

Palavras-chave: Deficiência Auditiva. Educação Inclusiva. Ensino Superior. Acessibilidade.

1. Introdução

A surdez ou deficiência auditiva é uma das principais formas de deficiências físicas no mundo, que pode ser adquirida por diversos fatores em qualquer etapa da vida, prejudicando o desenvolvimento pessoal em atividades sociais. Ela costuma ser classificada de acordo com a manifestação, origem e gravidade, nos seguintes termos: leve, moderado, severo e profundo (Silva; Breitenbach, 2022).

A princípio, a inclusão de pessoas com deficiência auditiva no Ensino Superior é um tema de grande relevância, pois visa promover a igualdade de oportunidades educacionais e o pleno desenvolvimento desses indivíduos no âmbito acadêmico. No Brasil, a quantidade de pessoas com deficiência auditiva

1 Universidade Regional do Cariri, email: eylla.jales@urca.br
2 Universidade Regional do Cariri, email: eliaquim.bezerra@urca.br
3 Universidade Regional do Cariri, email: edilberto.junior@urca.br
4 Universidade Regional do Cariri, email: fernando.menezes@urca.br

ISSN 1983-8174

que possuem formação acadêmica ainda é baixa, refletindo os desafios que esses estudantes enfrentam. Nesse contexto, uma pesquisa realizada pelo Instituto Locomotiva e a Semana da Acessibilidade Surda (2023) revela que mais de 10,7 milhões de brasileiros são deficientes auditivos, e entre esses, apenas 7% possuem diploma de graduação. Isso representa o pouco acesso que essas pessoas têm ao ensino superior.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, garante que é dever do Estado oferecer atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência (Brasil, 1988). No entanto, essa garantia constitucional não é totalmente efetiva na realidade, pois são poucas as escolas e universidades bilíngues que atendem a demanda de estudantes com deficiência auditiva e/ou surdez, e elas estão concentradas apenas nos grandes centros urbanos (Dantas et al., 2013).

Além disso, como forma de comunicação oficial de pessoas surdas, o Brasil instituiu, por meio da Lei nº 10.436/2002, a Língua Brasileira de Sinais, principal instrumento de acessibilidade para os deficientes auditivos. Desse modo, a Libras é a 2ª língua oficial brasileira, o que deveria garantir a obrigatoriedade da oferta de Libras como disciplina curricular e a presença de intérpretes de Libras nos ambientes educacionais.

De acordo com Sanchez (2005, apud Machado et al., 2011), a inclusão educacional está fundamentada nos Direitos Humanos, porém implementá-la não é simples, porque requer diversas mudanças significativas. Entre essas mudanças, destaca-se a necessidade de investir na capacitação de professores e na gestão das escolas e de universidades para que estejam preparados para lidar com as necessidades específicas dos alunos.

Segundo Manente et al. (2007), mesmo que haja um quantitativo crescente de pessoas com deficiência auditiva ingressando no ensino superior, elas ainda não têm seu direito à igualdade de oportunidades para integração social e realização pessoal e profissional plenamente alcançado. Nesse caso, muitos estudantes com deficiência auditiva encontram dificuldades para

ISSN 1983-8174

ingressar e permanecer no ensino superior devido à falta de intérpretes de Libras, materiais didáticos adaptados e recursos tecnológicos (Lacerda, 2010). A presença de intérpretes de Libras nas universidades é crucial para a acessibilidade e a comunicação eficaz desses alunos, permitindo que eles acompanhem as aulas e participem ativamente das atividades acadêmicas.

2. Objetivo

Realizar uma análise sobre as dificuldades de pôr em prática a efetiva inclusão de deficientes auditivos no ensino superior e suas possíveis soluções, assim como identificar os desafios enfrentados por pessoas com deficiência auditiva no ambiente acadêmico, buscar examinar as políticas públicas já existentes nessa área e sua eficácia, além de discutir formas de aprimorar a inclusão e a acessibilidade no ensino superior.

3. Metodologia

O procedimento metodológico realizado nesse trabalho pode ser classificado como descritivo, documental e bibliográfico, uma vez que se concentra em descrever os obstáculos encontrados que dificultam a efetivação da inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ensino superior, utilizando bibliografias detalhadas por fontes confiáveis, tais como documentos jurídicos.

Além disso, quanto à metodologia, o projeto faz uso do método hipotético-dedutivo, com foco na pesquisa qualitativa. Conforme Mezzaroba e Monteiro (2009), a modalidade de pesquisa qualitativa permite a realização de uma análise descritiva, podendo incorporar elementos quantitativos de apoio, ainda que o destaque maior seja a investigação detalhada da essência do objeto de estudo. Esta opção se justifica porque o método escolhido possibilita a análise profunda dos problemas e a formulação de hipóteses para a resolução destes.

4. Resultados

ISSN 1983-8174

A discussão sobre a inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ensino superior é fundamental para promover a igualdade de oportunidades educacionais e a plena participação desse público na vida acadêmica e social. Essa inclusão não se limita apenas ao acesso físico às instituições, mas envolve a criação de ambientes acolhedores, adaptados e que respeitem as necessidades específicas de cada estudante (Sassaki, 2006).

Diante desse cenário, observa-se que a educação é fator essencial na construção das ações do indivíduo na sociedade e, portanto, é extremamente necessário haver um diálogo voltado para a inclusão de deficientes auditivos no ensino superior, a fim de estabelecer uma mudança social que objetive a estruturação de uma sociedade igualitária e tolerante.

5. Conclusão

A pesquisa, ainda em andamento, reflete sobre como a inclusão de pessoas com deficiência auditiva no ensino superior ainda é limitada, apesar das garantias legais e políticas públicas vigentes. Os resultados indicam que as barreiras estruturais e a falta de recursos adequados afetam diretamente o acesso e a permanência desses estudantes no meio acadêmico.

Assim, fica evidente que o trabalho em questão é de grande relevância para o estudo dos direitos das pessoas com deficiência auditiva, especialmente no ensino superior, uma vez que representa os desafios enfrentados por esses estudantes, bem como uma análise das políticas públicas vigentes.

6. Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm. Acesso em: 13 jul. 2024.

DANTAS, T. C. et al. Políticas públicas para a educação inclusiva: breve histórico. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA, 5., 2013, Vitória da Conquista. Anais [...]. Campina Grande: Realize, 2013.

DA SILVA, A. P. S.; BREITENBACH, F. V. **Estudantes com deficiência auditiva na educação superior**: como favorecer a comunicação e a aprendizagem? 2022. Apresentação de Power Point. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/391/2022/07/Guia-deficiencia-auditiva2022-2.pdf. Acesso em 13 jul. 2024.

LACERDA, C. B. F. de. **A inclusão escolar de alunos surdos**: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Cadernos CEDES, Campinas, v. 30, n. 81, p. 375-399, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt. Acesso em: 13 jul. 2024.

LOCOMOTIVA, Instituto. A Semana da Acessibilidade Surda em 2023. Disponível em: https://ilocomotiva.com.br/clipping/agencia-brasil-pais-tem-107-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-auditiva-diz-estudo/. Acesso em: 12 jul. 2024.

MACHADO, M. B.; TRES, R.; DE OLIVEIRA, L. A. Inserção do deficiente auditivo ou surdo no Ensino Superior da Universidade do Oeste de Santa Catarina- campus de São Miguel do Oeste. **Unoesc & Ciência - ACHS**, *[S. l.]*, v. 2, n. 2, p. 156–165, 2012. Disponível em: https://periodicos.unoesc.edu.br/achs/article/view/714. Acesso em: 13 jul. 2024.

MANENTE, M. V.; RODRIGUES, O. M. P. R.; PALAMIN, M. E. G. **Deficientes auditivos e escolaridade**: fatores diferenciais que possibilitam o acesso ao ensino superior. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 1, p. 27-42, jan./abr. 2007.

MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.